as despesas decorrentes de transporte e seguro da peça estarão a cargo dos organizadores da exposição de acordo com a correspondência recebida. Discutido o assunto, deliberou o Conselho conceder a autorização solicitada. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Conselheiros e declarou encerrada a Reunião, da qual para constar, eu, Vilma de Araújo Laranjeira, Secretária "ad-hoc", lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Cons. Edson Mutta

Ata da Octogésima Oitava Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia doze de novembro de mil novecentos e setenta e nove, na Sala de Reuniões, da Sede da Sétima Diretoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, localizada em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sob a Presidência do Professor Aloísio Sergio de Magalhães, presentes os Conselheiros Edson Motta, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Gerardo Brito Raposo da Câmara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Luiz Emygdio de Mello Filho, Diretor do Museu Nacional, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial, Afonso Arinos de

Mello Franco, Pedro Calmon, Cyro Vidro Correia de Oliveira Lyra, Max Justo Guedes, Gilberto Ferez, José Ephim Mindlin, e ausentes os Conselheiros América Jacobina Lacombe, Alfredo Galvão e Paulo Ferreira Santos, por motivos justificados. Havendo "quorum", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão Extraordinária saudando os Membros do Conselho, agradecendo suas presenças, em Brasília, e ressaltando a importância das medidas visando a agilização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dando ciência da presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em comemoração ao Dia Nacional da Cultura e a posse do novo Conselheiro José Ephim Mindlin. Prosseguindo, o Senhor Presidente empossou no cargo o novo Conselheiro, fazendo-se a leitura da Portaria Ministerial número setecentos e quarenta e sete de oito de agosto de mil novecentos e setenta e nove, tendo em vista o artigo quarenta e seis, parágrafo segundo, da Lei número trezentos e setenta e oito, de treze de janeiro de mil novecentos e trinta e sete. Em que pese tratar-se de personalidade por demais conhecida, teceu o Senhor Presidente, considerações à figura do recem-empossado, assinalando o seu amor pelos livros e sua dedicação aos bens culturais. A seguir, o Conselheiro José Ephim Mindlin, evitando o formalismo normal em tais ocasiões, porém de maneira concreta e segura, disse de sua admiração pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de sua satisfação por ingressar como seu Membro e de sua responsabilidade em substituir a grande figura de Prudente de Morais Netto e, como Paulista, dar continuidade à obra de Mario de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade que à imagem dos três Andradas, do início da Nacionalidade, também esses Andrades, contando com a receptividade do então Ministro Capanema, iniciaram o movimento em prol da formação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na preservação do bem nacional. A seguir o Senhor Presidente ofereceu à palavra aos Senhores Conselheiros. O Conselheiro Pedro Calmon fez uma interessante

digressão sobre a figura do Governador Francisco Marques de Góis Calmon, seu interesse pela arte na Bahia, a partir de mil novecentos e vinte e oito. Relatou como foi criada a Intendência Estadual dos Monumentos Nacionais, seu projeto como Deputado Estadual, que se destinava menos a preservar o patrimônio do que resguardar o que a Bahia tinha de mais importante. Anos mais tarde, na qualidade de colaborador do então Diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, concitou-o à criação da Intendência Nacional, na época do Ministro Leandro Castelo. A seguir sugeriu ao Senhor Presidente do Conselho obter daquele Museu, para os arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tudo o que se relacionasse com esse Órgão. Exaltou, ainda, as figuras do Ministro Gustavo Capanema e de Gustavo Barroso, ex-Diretor do Museu Histórico Nacional. O Senhor Presidente agradeceu a sugestão do Conselheiro Pedro Calmon, mas lembrou da existência de um texto admirável, da autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, publicado no Diário, contando a história das legislações estaduais, em torno das quais, adensando-se várias ficas, inclusive o projeto de Luiz Edmundo, na Câmara Federal, primeira tentativa desse gênero a nível federal, enfeixando-se, numa pós publicação toda a trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Conselheiro Edson Motta, aparteando, lembrou, também, a figura de Paulo Duarte. A seguir o Conselheiro Max Justo Guedes, abordou a oportunidade que teve, durante uma recente viagem à Europa, de ver a obra de restauração, executada na Suécia, no navio Vasa, que naufragou em mil seiscentos e vinte e oito e foi recuperado a partir de mil novecentos e cinquenta e sete. Esclareceu que manteve contatos com o Diretor do Museu Marítimo daquele País, Senhor Perlustrong, que também é Diretor do Museu do Vasa, considerado uma das maiores autoridades mundiais em arqueologia submarina e conhecedor profundo do passado do navio. Nos entendimentos havidos admitiu o Senhor Perlustrong a possibilidade de enviar componentes de sua equipe de restauração para ministrar um

curso no Brasil, dada a nossa necessidade de criar um laboratório, nos moldes daquele existente na Suécia. Sugeriu, além disso, uma associação Mariinha - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sob o patrocínio da UNESCO, para a montagem do laboratório na Bahia, aproveitando projetos já existentes, idéia que despertou o interesse do Senhor Presidente, ficando para outra ocasião a concretização da proposta. A seguir o Senhor Presidente passou a fazer uma síntese da visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e dos acontecimentos mais recentes em torno da dinâmica de reformulação institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Como primeira medida, referiu-se à criação da Fundação Nacional Pró-Memória com a finalidade de agilizar o referido Instituto, o que não seria viável através de um Órgão do Serviço Público. Tão pouco um Fundo Pró-Memória seria suficiente, em face do propósito pretendido. Assim, em que pesem as dificuldades encontradas para a criação da Fundação, contou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com o apoio decisivo do Ministro Golbery do Couto e Silva que, havendo entendido o problema, de maneira muito clara, concordou com a criação da Fundação acoplada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o qual não pode desaparecer dada a sua condição de foro privilegiado de poder de polícia e intervenciência, que seriam disputáveis se suas atribuições passassem para a órbita de Fundação de Direito Privado. Além disso, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional absorve, no momento, duas outras instituições, o Programa das Cidades Históricas da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Centro Nacional de Referência Cultural, necessária se torna a formação de um quadro muito mais agilizado, com melhor estrutura de recuperação dentro da Fundação, através uma transição lenta, ao longo de um processo de má-

tica integrada na fronteira da identificação do bem cultural, codificando hábitos que poderão nos levar a estruturar integralmente o quadro da Fundação de uma maneira mais eficiente e definitiva. Disse, ainda, o Senhor Presidente que enriosamente, a Fundação parte de um parentesco identificado e já aceito - entre o Patrimônio da União e o Patrimônio Histórico. Assim, a Mensagem ao Congresso que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República assinará hoje à tarde transfere, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os bens tombados que eram geridos pelo Patrimônio da União e cuja utilização propiciará a formação de um lastro penhorável para a Fundação Nacional Pró-Memória. De igual maneira, outros bens, ainda que não tombados, passarão à custódia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inclusive alguns suscetíveis de serem vendidos. Isso permitirá à Fundação uma renda própria que a livrará, em parte, da variação temperamental da Dotação Orçamentária. Com relação ao deslocamento integral do Programa das Cidades Históricas para a área do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma vez que nos últimos seis anos apenas o acompanhamento técnico era da competência desse Órgão, verbas no montante de duzentos e cinqüenta milhões de cruzeiros para mil novecentos e oitenta - três vezes o orçamento desse Instituto - passarão a ser geridas por nós. Essa medida só se tornou viável dada a compreensão do Ministro Delfim Neto. Outrossim o Ministério do Planejamento estudando a formação da Fundação Nacional Pró-Memória, observou, face ao Decreto-lei número duzentos no que se refere ao Ministério da Educação e Cultura, que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tinha que ser transformado em Secretaria. Ato esse que será, ainda hoje, assinado pelo Senhor Presidente da República. Era uma idéia antiga e que até hoje não havia sido corporificada. Relembrou, o Senhor Presidente, que também serão assinadas, na ocasião, Mensagem ao Congresso do Projeto de Lei da criação da Fundação Nacional Pró-Memória e

a Exposição de Motivos dos Senhores Ministros Delfim Neto e Eduardo Portella da transferência, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Programa das Cidades Históricas. O Senhor Presidente transmitiu aos Senhores Conselheiros detalhes do Cerimonial a ser observado por ocasião da visita Presidencial que se encerrará com a mostra da exposição de livros doados pela UNESCO, ocasião que será servido um vinho de capú, da Fábrica da Ponarta, fundada em mil oitocentos e noventa e dois. Oferecendo, novamente a palavra, o Senhor Presidente, respondendo a uma consulta do Conselheiro Gilberto Ferrez, afirmou que a Biblioteca, Mapoteca e o Arquivo do Itamaraty ficarão no Rio de Janeiro, sendo na ocasião, abordados outros aspectos sobre a utilização daquele prédio. Prosseguindo, os Conselheiros Gilberto Ferrez e Edson Motta abordaram assuntos relacionados com a exposição a ser apresentada na Holanda, pelo Tri-Centenário da morte do Príncipe João Maurício de Nassau e, para a qual, várias obras de arte do acervo nacional foram solicitadas, através da Embaixada da Holanda, em Brasília. O Senhor Presidente obteve a aprovação do Conselho, a unanimidade, para a liberação do quadro "Casas de Escravos", de Frans Post, pertencente ao acervo do Museu de Arte de São Paulo, por se tratar de obra tombada. Quanto as demais obras, apenas a autorização do Senhor Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, se torna necessária. Na ocasião, também, ficaram esclarecidas as medidas a serem adotadas como garantia do retorno das obras, ora cedidas à Holanda. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Conselheiros e declarou encerrada a reunião, da qual para constar, eu Vilma de Araujo Tavares, Secretária "ad-hoc", lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CONS. LOUREN

Ata da Octogésima Nona Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Às quinze horas e vinte minutos do dia vinte e nove de fevereiro de mil novecentos e oitenta, na sala número oitocentos e hum da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, localizada no oitavo andar do Palácio da Cultura, nesta Cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sob a Presidência do Professor Aloísio Sérgio Magalhães, presentes os Conselheiros Edson Motta, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Gerardo Brito Rapôso da Câmara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Luiz Emygdio de Mello Filho, Diretor do Museu Nacional, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial, Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Afonso Arinos de Mello Franco, Pedro Calmon, Lygia Flávia Correia de Oliveira Fagra, Max Justo Guedes, Gilberto Ferrez, José Ephim Mindlin, Paulo Ferreira Santos e ausente, por motivo justificado, o Conselheiro Alfredo Galvão. Havendo quorum, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão Extraordinária convocada em virtude da necessidade de autorização, pelos Membros do Conselho, em concessão licença para a saída do País de duas telas de Jean-Honoré Fragonard, intituladas "A Educação Faz Tudo" e Retrato de Constança de Sorvendhal, Condessa de Turpin de Crissé, pertencentes ao acervo do Museu de Arte de São Paulo e tombadas